

WILSON DA CUNHA LARA JUNIOR - RA: 1135061

Sociologia e Ensino de Sociologia

UMA VISÃO SOCIOLÓGICA DO ANARQUISMO

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Adriana Duarte de S. Carvalho

Centro Universitário Claretiano

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

2014

UMA VISÃO SOCIOLÓGICA DO ANARQUISMO

Resumo

Este artigo discorre sobre uma entre muitas formas que o homem pode entender para a convivência em sociedade. Procurou-se explicitar no início alguns conceitos que embasam essa doutrina crítica e libertária, conhecida e mal entendida por anarquismo. No segundo tópico buscou-se na História e em alguns influentes pensadores e militantes os primórdios, a evolução e o amadurecimento do anarquismo. No terceiro tópico abordaram-se dois conceitos através dos tempos, para depois analisá-los sob a ótica anarquista, conceitos esses considerados fundamentais para qualquer tipo de sociedade que existiu, existe ou venha a existir: a liberdade e o progresso. O trabalho apresentou em sua conclusão o imperativo categórico kantiano como forma de ruptura e descolamento etimológico entre anarquia e anomia, já que essa falsa homologia é ideologicamente geradora de falsas interpretações sobre os ideais e comportamentos anarquistas.

Palavras chave: Liberdade; Igualdade; Progresso; Sociedade; Ordem.

INTRODUÇÃO

Os termos anarquia e anarquismo podem soar aos ouvidos de quem os ouve e refletir aos olhos de quem os lê como desorganização, bagunça, falta de respeito ao espaço alheio; conforme o passar dos tempos essas palavras foram se tornando polissêmicas e seus significados transformados em antônimos dos originais; enfim, passaram a ter relações desconexas com os seus verdadeiros significados. Isso se dá até mesmo com o apoio de literatura considerada nos meios acadêmicos. No *Dicionário básico de Filosofia* (JAPIASSÚ e MARCONDES, 2001, p. 13) têm-se o seguinte significado para anarquia:

anarquia (gr. anarchia: ausência de chefe, de comando) 1. Estado de uma sociedade não organizada ou *desorganizada* e desprovida de governo capaz de manter a ordem institucional. 2. *Desorganização ou desordem*, de fato ou voluntária, num grupo social, por falta de uma autoridade ou liderança. (Grifo nosso)

Regiões, culturas, comunidades ou países que passam por períodos de crises e conflitos políticos e econômicos que afetam a tranquilidade do *status quo* são submetidos a intervenções externas justificadas por estarem combatendo a “anarquia” naquelas plagas e com suas intervenções trazerem de volta a paz e a ordem perdidas (VIOLA e LEIS, 2004).

Pretende-se nesse trabalho, através de uma abordagem histórica explicitar além do significado original, os objetivos hipotéticos dessa maneira de entender a vida e a liberdade, de como pensadores entendiam que o homem pode ser ao mesmo tempo autônomo e consciente do outro sem desrespeitá-lo, de como se pode viver em sociedade desprezando os atrativos do poder e a sujeição do outro ou ao outro, desprezando e suprimindo também todo tipo de privilégios e regalias amparados por ideologias; explicitar conforme as ideias anarquistas o que é progresso, desvinculando-o da ideia de acumulação de bens materiais ou de um estilo de vida marcado pelo aumento de complexidades, desigualdades e exploração entre as pessoas.

Como problemática principal desse escrito tem-se a seguinte questão:

É possível desvelar as ideologias que mitificam e mistificam a ideia de anarquismo e anarquia incrustada nas pessoas, que entendem tal modo de buscar a liberdade como costumes que fogem as regras, bagunça, irresponsabilidade, violência e principalmente a maior das confusões, que é o antagonismo entre anarquia/anomia?

Para tal intento, apelar-se-á à História, para o entendimento do surgimento das

aspirações e dos característicos do anarquismo e da anarquia.

A bibliografia usada foi de obras de autores conceituados, além das referências supracitadas recorrer-se-á a autores como ARISTÓTELES (1991), BUENO (2007), DIDEROT (1979), FLORENZANO (2012), GIANASTACIO (2007), KANT (2004), LA BOETIE (2006), MALATESTA (2007), MENDES (2010), MORA (1978), MOURA (2012), MÜLLER (2005), NETLAU (2008), PLATÃO (1965), PROUDHON (1975), RODRIGUES (2012), SARTRE (1997), SIQUEIRA-BATISTA et al. (2005), SUPERTI (1998), TEIXEIRA (2013), VIOLA e LEIS (2004), WALTER (2006) e WOODCOCK (2007).

Justifica-se a escolha de tal tema principalmente pelo tão batido e debatido conceito de liberdade, assunto que não se desgasta com o passar dos tempos e nem com as variações das culturas e das ideologias. O tema proposto, portanto, se insere no momento e no contexto político e econômico contemporâneo, haja vista a nova ordem mundial, que teve na globalização, processo iniciado há muito, mas desencadeado no início do século XX, que busca por um mundo unificado, baseado numa ideologia uniformizante, moeda única e religião universal, ou seja, uma bitolação do indivíduo tornando-o autômato e sem identidade.

1. DEFINIÇÕES BASILARES

Inúmeras são as palavras usadas no vocabulário contemporâneo - independente do país - que têm suas origens no léxico grego; anarquismo e anarquia estão entre elas.

Além da definição já citada anteriormente em JAPIASSÚ e MARCONDES (2001, p.13), tem-se a etimologia de anarquia em SIQUEIRA - BATISTA et. al. (2005, p. 244):

'αναρχία (anarquia) pode ser “decomposta” em *'αν* (denotando negação) e *'αρχή* (palavra com múltiplos significados: “começo”, “ponto de partida”, “ordem”, “princípio”; “causa material” – este último presente pela primeira vez, em Anaximandro¹ -, “fundamento”; “poder”, “autoridade”; “cargo”, “magistratura”, “reino”), remetendo à idéia [*sic*] de não-governo [*sic*] (daí *'ἀναρκτος* = não governado, independente).

Anarquismo por sua vez, apesar de se encaixar em inúmeras definições, poderia ser determinado historicamente como: “doutrina que propõe uma crítica à sociedade vigente; uma visão da sociedade ideal do futuro e os meios de passar de uma para a outra” (WOODCOCK, 2007, p. 7), ou parafraseando: sistema que revela de maneira crítica os mecanismos de

1- DIELS, H. Die Fragmente der Vorsokratiker. 7ª Ed. Berlin: Weidmannsche Verlagsbuchhandlung, 1954, *apud* SIQUEIRA-BATISTA (2005, p. 244).

dominação de uma sociedade viciada em vigor, propõe mudanças futuras desta para outra imaculada e a metodologia para se alcançar tal transição.

Se abordado pelos caminhos trilhados e observado pelas lentes da ética e da moral têm-se em MALATESTA (2007, p.43):

O anarquismo é, distintamente, uma aspiração humana, que não se funda em nenhuma necessidade natural verdadeira ou supostamente verdadeira, mas que poderá se realizar segundo a vontade humana.

Aproveita os meios que a ciência proporciona ao homem na luta contra a natureza e contra as vontades contrastantes; pode tirar proveito dos progressos do pensamento filosófico quando eles servirem para ensinar aos homens raciocinar melhor e distinguir com maior precisão o real do fantástico; mas não se pode confundir-lo, sem cair no absurdo, nem com a ciência e nem com qualquer sistema filosófico.

Então, a anarquia seria uma forma de organização social sem governo, sem qualquer tipo de autoridade (amparada ou não por leis ou instituições) nem classes sociais, deduz-se daí que nessa sociedade a liberdade e a igualdade entre os cidadãos seriam totais.

Anarquismo, portanto, seria uma mobilização social que em dado momento histórico busca a construção e a efetivação dessa forma de sociedade, que caminha na contramão do que ocorre no mundo contemporâneo e na maioria das sociedades modernas baseadas no Estado laico, na autoridade, na lei, na ordem, na religião e na propriedade privada.

Os agentes que pleiteiam esse tipo de sociedade e se mobilizam para tal são denominados anarquistas, ácratas, ou ainda libertários.

2. UMA BREVE HISTÓRIA

Os primórdios da anarquia podem ser remetidos ao lendário eleata Zenon (490/485 a.C.? - 430 a.C.?), através de seus ensinamentos no "pórtico" (*stoa*) que defendia a igualdade entre os homens e por isso excluía a necessidade do Estado (MOURA, 2012); aos heréticos na Idade Média (séculos XII e XIII) que questionavam o governo mundano e propunham um governo divino (GIANASTACIO, 2007), a Cromwell (1599–1658) na época do protetorado inglês que ligava o poder econômico ao político (TEIXEIRA, 2013), ao Renascimento (séculos XIV? a XVI?) com as teorias políticas *diggers* de Diderot (1979), La Boetie (2006), Locke (MÜLLER, 2005) e Paine (FLORENZANO, 2012), congruentes e de cunho libertário; contudo a primeira obra literária que pode realmente ser considerada anárquica, conforme MENDES (2010, p.21), é atribuída a Goldwin em sua *Investigação a respeito da Justiça Política e sua influência sobre a virtude em geral e a felicidade*, publicada em 1793. Em seus

meandros GOLDWIN apud MENDES (2010, p. 23) inquire sobre os governos e as instituições políticas e suas influências sobre o comportamento humano:

Não é possível que os grandes males existentes e as infelicidades que nos oprimem tão lamentavelmente estejam ligados tanto aos defeitos do governo quanto à sua origem, e que a supressão desses males e dessas infelicidades possa, pois, decorrer da mudança dos governos? Não seria possível que as tentativas de transformar a moral dos homens, individual e particularmente, quer dizer, uma empresa fútil e errônea, torne-se mais eficaz e concreta quando, pela regeneração das instituições políticas, tivermos modificado os objetivos e operado uma mudança das influências que determinam os homens?

Meio século depois, em 1840 é publicado *O que é propriedade*, é aí que o anarquismo sobrevém e toma a forma com a qual é conhecido hoje e como definido em linhas acima, ou seja: movimento que busca uma sociedade livre e igualitária, sem governos e poder; senão vejamos PROUDHON (1975, p. 234-235) quanto ao governo:

Que forma de governo vamos preferir? - Eh! podeis perguntá-lo, responde, sem dúvida, algum dos meus leitores mais novos; sois republicano. - Republicano sim; mas essa palavra nada precisa. **Res publica**, é a coisa pública; ora quem quer que queira a coisa pública, sob qualquer forma de governo que seja, pode dizer-se republicano. Os reis também são republicanos. - Pois bem! sois democrata? - Não. - Quê! sereis monárquico? - Não. - Constitucionalista? - Deus me livre. - Sois então aristocrata? - Absolutamente nada. - Quereis um governo misto? - Ainda menos. - Então que sois? - Sou anarquista.

Proudhon identificava a propriedade privada individual como roubo, ela seria a responsável pela exploração da grande maioria por uma minoria, indo de encontro a sua ideia de que os homens por natureza são iguais e sociáveis. Para ele o governo seria o sustentáculo dessa ideologia exploratória e juntamente com a propriedade deveria ser extinto.

A partir dessa gênese filosófica várias correntes anarquistas surgiram motivadas pelos efeitos da transição feudalismo-capitalismo. A efetivação do sistema econômico que tem como principal característica e finalidade o lucro obtido pelos meios de produção e distribuição dos produtos - de propriedade privada - desencadeou descontentamentos em pessoas de regiões distintas que vivenciavam situações parecidas, porém não idênticas, o que fez com que pensadores de ideias revolucionárias, entre eles Mikhail Bakunin, Piotr Kropotkin e Errico Malatesta, desenvolvessem teorias e reagissem ao capitalismo de maneiras diversas. Surgiram ou se efetivaram então o anarquismo individualista, mutualista, federalista, coletivista, sindicalista e o comunista.

Cada uma dessas correntes em suas essências demonstram não diferenças, mas

aspectos diferentes do anarquismo motivados pelos interesses pessoais de seus atores. WALTER (2006, p. 31-32) explica essa concepção:

Assim, na nossa vida pessoal somos individualistas, tendo as nossas próprias ocupações e escolhendo os nossos companheiros e amigos por razões pessoais na nossa vida social somos mutualistas, concluindo livremente acordos entre nós, dando o que temos e recebendo aquilo de que temos necessidade por meio de trocas igualitárias: no nosso trabalho seríamos praticamente coletivistas, juntando-nos aos nossos colegas para produzirmos os bens comuns e na organização do trabalho seríamos sindicalistas, juntando-nos aos nossos colegas para decidirmos como o trabalho deve ser feito; na nossa vida política seríamos mais comunistas do que outra coisa, aliando-nos aos nossos vizinhos para decidirmos como a comunidade deve ser organizada. É com certeza um esquema, mas exprime bastante bem o que os anarquistas pensam hoje.

Se um "decálogo" fosse estabelecido para o desígnio do anarquismo, que adequasse as ideias com os atos dos anarquistas, poder-se-ia ser esse que se estrutura em quatro preceitos morais que devem ser seguidos nos quatro meios ou elementos prescritos conforme WALTER (2006, p. 4-5):

A ideologia anarquista tem por base quatro asserções:

- científica: a sociedade pode existir sem governo;
- estética: a sociedade seria melhor sem governo;
- ética: teríamos interesse em trabalhar para construir uma sociedade sem governo;
- tática: vale mais enfraquecer a autoridade hoje do que amanhã.

O movimento anarquista está assentado sobre quatro elementos:

- econômico: contra o monopólio da propriedade;
- político: contra o monopólio da autoridade;
- social: pela construção de uma sociedade tendo por base a liberdade, a igualdade e a fraternidade autênticas;
- individual: pela supressão da autoridade nas relações cotidianas.

3. LIBERDADE E PROGRESSO

Como acontece na maioria dos discursos, o anarquista também tem seus jargões e palavras-chave em seu desenvolvimento. Liberdade talvez seja uma das palavras mais usadas na literatura anarquista. Somente para ilustração em *O que é propriedade* Proudhon usou-a em oitenta e uma ocasiões e Woodcock em *História das ideias e movimentos anarquistas* em cento e cinquenta e oito. Bakunin dedicou um livro para conceituar liberdade.

Conforme a época e local, liberdade teve conotações distintas, ARISTÓTELES (1991), por exemplo, com sua ética associava liberdade ao fim supremo que é a felicidade ou *eudaimonia*. No caso do ser humano, que por ser dotado de vontade, é capaz de agir às vezes

voluntariamente, às vezes ao contrário, a liberdade é o resultado de sua capacidade de escolha com o agir voluntário.

O cristianismo rompe com o destino e a Providência toma seu lugar, o problema agora é o livre-arbítrio que Agostinho de Hipona, *apud* MORA (1978, p.411) contorna assim:

[...]. O homem possui uma vontade que atua nesta ou naquela direção, é uma experiência pessoal indiscutível. Por outro lado, Deus sabe que o homem fará voluntariamente isto ou aquilo, o que não exclui que o homem faça voluntariamente isto ou aquilo. O que não explica, segundo Santo Agostinho, aquilo a que se pode chamar “mistério da liberdade”, mas, pelo menos, esclarece que a presença de Deus não equivale a uma determinação dos atos voluntários de tal sorte que os converta em involuntários.

BUENO (2007) cita os escolásticos que também trataram do tema e um de seus expoentes - Duns Escoto - que a dividiu em três. Em suas teses a liberdade humana assume responsabilidades pelos efeitos de suas escolhas.

HEGEL, *apud* MORA (1978, p. 415) com seu método dialético identificou liberdade com o ser: “Liberdade é, em última instância, ser si mesmo. Esta noção da liberdade, embora com fundamento metafísico, não é, para Hegel, uma abstração: é a própria realidade enquanto realidade universal e concreta”.

A Sociologia sobrevém juntamente com o início do século XIX e colabora na conceituação de liberdade buscando responder às questões sobre as limitações que a natureza e as sociedades impõem ao homem. Conforme MONDIM *apud* MORA (2007, p.16):

No período contemporâneo, o fenômeno da socialização e das suas conseqüências leva a considerar a liberdade sobretudo do ponto de vista social. [...]. Hoje, a liberdade não é mais comprometida por forças extra mundanas ou infra-humanas, mas por forças sociais, criadas pelo próprio homem, e que agora viram-se contra ele. O problema é encontrar a forma de conciliar o progresso com a liberdade.

Debates entre várias correntes surgiram para a discussão sobre a liberdade, três merecem destaque: a mecanicista, a materialista e a espiritualista. A liberdade foi abordada por todos os lados. MORA (1978, p. 415) discorre sobre isso com as seguintes palavras:

Com efeito, “liberdade” podia entender-se, entre outras maneiras, como um conceito metafísico capaz de referir-se a todo o real; como um conceito basicamente psicológico que se referia ao indivíduo humano; como um conceito sociológico que se referia à relação entre o homem e a sociedade; como um conceito religioso, moral, etc. Materialistas e “espiritualistas” foram propensos a entender a liberdade metafisicamente, e seus argumentos foram primordialmente “metafísicos” ou, pelo menos, “especulativos”.

Discorrer sobre liberdade recomenda apelo ao existencialismo sartreano. O francês iguala o homem à liberdade, só se constrói nela e está condenado a ela. Para SARTRE (1997, p. 68):

A liberdade humana precede a essência do homem e torna-a possível: a essência do ser humano acha-se em suspenso na liberdade. Logo, aquilo que chamamos liberdade não pode se diferenciar do ser da "realidade humana". O homem não é primeiro para ser livre depois: não há diferença entre o ser do homem e seu "ser livre"

Apesar da superficial e sintética passagem sobre liberdade, pôde-se perceber que uma palavra, um conceito, a partir de sua criação adquire e incorpora significados e, assim, constitui a sua própria história. Tentou-se mostrar o ajuntamento de significados por qual passou a liberdade: de uma concepção puramente diferenciadora e externa, com os gregos; a integração e maturidade do indivíduo, com os latinos; o problema religioso e da graça divina, com os pensadores cristãos e, ainda, de como foi voltada para o homem e suas relações, a partir do período moderno, enfim, tentou-se fazer perceber que a liberdade sempre foi buscada e esteve presente nas reflexões dos pensadores de diferentes épocas. Como é fulcro das ideias anarquistas dedicou-se esse pequeno espaço para conotações sobre seu significado e polissemia temporal. No transcorrer das abordagens sobre o anarquismo estará sempre presente conforme a representação anarquista de Proudhon - "Aquele que Bakunin considerava o mestre de todos os anarquistas" - (RODRIGUES, 2012, p. 9). A seguir têm-se três referências sobre liberdade conforme PROUDHON (1975, p. 38; 41 e 243):

A liberdade é a condição principal do estado do homem: renunciar à liberdade seria renunciar à qualidade de homem: como seria possível, depois disso, agir como homem? (38)

Gozar do seu direito contanto que isso não prejudique o direito de outrem, máxima que é a própria definição da liberdade. (41)

A liberdade é igualdade, porque a liberdade só existe no estado social e fora da igualdade não há sociedade.

A liberdade é anarquia porque não admite o governo da vontade mas só da autoridade da lei, quer dizer da necessidade.

A liberdade é variedade infinita porque respeita todas as vontades, nos limites da lei.

A liberdade é proporcionalidade porque deixa toda a latitude à ambição do mérito e à emulação da glória. (243)

Já a ideia de progresso tem a conotação com a qual a sociedade se acostumou muito provavelmente pelas influências das construções teóricas positivistas de Auguste Comte.

Comte com sua física social instituiu a lei dos três estados da sociedade humana: o teleológico, o metafísico e o positivo. No primeiro os fenômenos do mundo eram explicados

conforme as vontades divinas sustentadas pela Igreja e seus sacerdotes, representantes das causas próprias além das feudais e militares. Essa organização dava respaldo aos interesses da tríade dominante e justificava a ideia de Ordem na sociedade.

Esse dogmatismo começou a ser contestado conforme a evolução da sociedade, o ceticismo serviu de catalisador para uma transformação do estado teleológico para o metafísico que exigia Progresso e negava a Ordem.

Para conciliar o antagonismo teleológico-metafísico e mitigar essa crise entre Ordem e Progresso o estado positivo pede licença para atuar e se estabelecer. SUPERTI (1998, p. 5) explica assim:

[...] o espírito positivo podia oferecer os princípios essenciais para a constituição da unidade consensual de uma nova Ordem, agora assentada na razão. Ordem essa que era capaz de engendrar o próprio Progresso, na medida em que esse é fruto do desenvolvimento da natureza humana, que se determina por leis que, só no estado positivo, são passíveis de compreensão. E, portanto, só no positivismo a história era compreendida em sua verdadeira base, ou seja, como a história determinada pelas leis invariáveis do desenvolvimento intelectual e material da humanidade.

Essa passagem poderia ser lida e entendida por um intérprete como uma mensagem tácita de que o espírito, ou melhor, a vocação do homem para Progresso em busca da razão é inexorável.

Dentro do universo positivista há uma fonte inesgotável de temas sobre Estado, suas atribuições de mantenedor da Ordem e fomentador do Progresso, provedor e fiador da organização social e política, porém, apesar de ser assunto e tema apaixonante para o desenvolvimento desse artigo o escopo do mesmo não permite o desenrolar mais profundo do tema.

Retornando aos tempos da Grécia antiga e de Platão tem-se passagem muito interessante em *A República* no diálogo entre Sócrates e Adimanto sobre a *pólis*, a justiça e o cidadão. Num determinado ponto de PLATÃO (1965) Glauco intervém e questiona Sócrates sobre a condição pouco favorável dos costumes dietéticos e de conforto dos cidadãos. Deve-se lembrar aqui da condição vegetariana de Sócrates e de sua propensão ao despojamento, pois ilustrava uma cidade sã conforme seus princípios e Glauco reivindicava uma tomada de excitação. A partir daí Sócrates confronta duas situações de sociedades distintas; uma que vivia conforme as necessidades e outra com o conforto da arte, do ouro, marfim e materiais de qualidade e preciosos. Isso tudo exigiria um aumento territorial e da população, de médicos,

porqueiros, pedagogos, funcionários, atores, dançarinos, etc. Ou seja, exigiria que se tomasse o território alheio para suprir essas necessidades logísticas e, por conseguinte os vizinhos também tenderiam a fazer o mesmo. Nesse diálogo a moral da história poderia ser sem embargo que o Progresso é a razão das mazelas entre as nações.

No anarquismo a ideia de progresso quase se confunde com revolução. Para os libertários parece ser quase sempre voltada para o progresso do espírito humano; o anarquismo - revolucionário de nascença - parece não se importar com o progresso material, apesar de não descartar sua colaboração para o bem viver, a mudança de ideia para melhor é considerada progresso. PROUDHON (1975, p.27) explicita esse seu pensamento em:

Logo que as nossas ideias se modificam completamente, em consequência de certas observações, diante de uma realidade física, intelectual ou social, chamo revolução a esse movimento do espírito. Se só há ampliação ou simples modificação de ideias é o progresso.

Assim, o sistema de Ptolomeu foi um progresso em astronomia, o de Copérnico foi revolucionário. Da mesma maneira em 1789 houve luta e progresso; não houve revolução. A análise das reformas experimentadas assim o demonstra.

Logo em suas primeiras considerações em *História da anarquia*, NETLAU (2008, p; 27) também se preocupa com progresso e relaciona autoridade às rebarbas que restaram do processo de evolução dos humanóides para o *Homo sapiens sapiens*, e o define como: “a marcha pelo progresso, que prossegue com segurança ao longo dos séculos, foi e é uma luta contínua para destruir as cadeias e os obstáculos autoritários”.

Divergindo dos darwinistas sociais Kropotkin propôs suas ideias sobre progresso e MENDES (2010, p. 30) comenta sobre o mutualismo como forma de contornar a autoridade:

Kropotkin, que viajou revendo a “Teoria da Evolução das Espécies” de Charles Darwin, a espécie mais desenvolvida não é aquela em que os indivíduos mais competem entre si, mas aquela em que os mesmos mais cooperam entre si, diminuindo o controle da autoridade. O progresso, que visam os libertários (como o visam também os marxistas) seria alcançado quando a coletividade vencesse essa luta contra a autoridade antinatural (consolidada em governos, instituições e relações individuais), que é na sociedade capitalista, a responsável pela opressão do homem. Tal progresso só seria alcançado através da Revolução Social internacional.

No mundo contemporâneo, a ciência e a tecnologia em pleno auge e responsáveis pelo progresso como se entende, induzem à representação de progresso como crescimento econômico, avanços tecnológicos e desenvolvimento a longo prazo a todo custo. Os benefícios sociais, materiais e salubrificais ocorridos devido a esse de tipo de progresso são

inquestionáveis, principalmente nos países considerados desenvolvidos como, por exemplo, aumento considerável da renda *per capita*, da expectativa de vida, erradicação de doenças, melhoria da qualidade de ensino, diminuição da mortalidade infantil, transporte e veiculação das informações melhores e mais rápidos; todos sensíveis até mesmo aos mais alienados dos cidadãos, portanto como não se vergar a esse *marketing*?

No entanto a conta a ser paga não é pequena, os impactos sociais e ambientais provenientes desse culto ao progresso tecnocientífico foram previstos por Zeus quando resolveu punir Prometeu por ter dado o fogo de presente aos mortais.

WALTER (2006, p. 7) confronta o significado de progresso conforme a representação liberal, socialista e a libertária. Tanto para os liberais como para os socialistas o autor parece diminuir a visão do progresso como a passagem de um tenebroso passado para um futuro belo e radioso, já os libertários:

Os anarquistas consideram o progresso de maneira totalmente diferente, na realidade, consideram muitas vezes que não há progresso algum. Nós vemos a história não como um desenrolar linear ou dialético numa determinada direção, mas como um processo dualista. A história de todas as sociedades humanas é a história dum luta entre governantes e governados, entre opulentos e miseráveis, entre os que querem comandar e ser comandados e os que querem libertar-se, assim como aos seus camaradas; os princípios de autoridade e de liberdade, de governo e de rebelião, de Estado e de sociedade estão em perpétuo conflito. Esta tensão nunca é resolvida; o movimento da humanidade vai tanto num sentido, como no outro. O nascimento dum novo regime ou a queda dum antigo não são rupturas misteriosas no desenvolvimento ou patamares de passagem ainda mais misteriosos nesse desenvolvimento são apenas acontecimentos. Os acontecimentos históricos só são bem vindos na medida em que aumentam a liberdade e a igualdade para toda a gente, não há nenhuma razão para chamar bom o que é mau, simplesmente porque é inevitável. Nós não podemos fazer nenhuma previsão útil para o futuro e não podemos estar certos que o mundo será melhor. A nossa única esperança é que, à medida que o conhecimento e a consciência se desenvolvem, as pessoas tornar-se-ão mais aptas para descobrirem que podem organizar-se sem necessidade de nenhuma autoridade.

Poder-se-ia recorrer às mais infinitas fontes de pesquisa, e continuar aqui a discorrer sobre o anarquismo, anarquia, sobre a biografia de anarquistas memoráveis e outros não tão conhecidos, mas tão atuantes como os primeiros; sobre liberdade e progresso, porém o espaço é limitado e não negociável, infelizmente; já como mencionado o tema e o assunto são apaixonantes e clamam por mais leituras e aprendizados, porém o próximo passo será o desfecho com as conclusões finais.

CONCLUSÃO

O desenrolar do artigo foi feito tal como um tecelão prepara sua tapeçaria, procurou-se trançar linhas principalmente da História, da Sociologia e da Filosofia, para que quem possa ter acesso a leitura do mesmo, se já não for conhecedor do assunto, possa ter uma pequena iniciação do que se trata no anarquismo, o que pensam seus simpatizantes e militantes, de como o anarquista gostaria que fosse a vida e o relacionamento entre os homens e mulheres. É claro que não se pretendeu ser profundo, pois se reconhece que nem arranhou-se a superfície do “poliedro” anarquista, mas o objetivo foi despertar interesse para o conhecimento das faces que o compõe, e que existem pessoas de boa vontade, que conforme pregava KANT (2004, p. 64-65) buscam uma forma de viver e agir tal que seus atos respeitem uma lei universal, ou ainda: “ Age de tal modo que a máxima de tua vontade possa valer-te sempre como princípio de uma legislação universal”, ou sua variante: "Age de tal forma que uses a humanidade, tanto na tua pessoa, como na pessoa de qualquer outro, sempre e ao mesmo tempo como fim e nunca simplesmente como meio". Pessoas que apesar de não refutarem a importância das leis e da ordem, ou seja, que não defendem a anomia, entendem que cada cidadão pode romper com qualquer ideologia que seja que pretenda suprimir a sua autonomia e liberdade, sem, contudo subestimar a individualidade e autonomia alheia.

RECLUS, apud NETTLAU (2008, p. 105) resumiu assim os ideais anárquicos:

Assim, em resumo: nossos fins políticos são, para cada nação, a abolição dos privilégios aristocráticos, para o mundo inteiro, a fusão de todos os povos. Nosso destino é chegar a esse estado de perfeição ideal no qual as nações não mais necessitam estar sob a tutela de um governo ou de uma nação: é a ausência de governo, é a anarquia, a mais elevada expressão da ordem. Aqueles que não pensam que a terra possa algum dia dispensar a tutela, não creem [*sic*] no progresso, são reacionários.

E já que a anarquia é considerada por muitos como utópica pede-se licença para encerrar o artigo com um texto em verso de OITICICA apud MENDES (2010, p. 30). Percebe-se o caráter encomiástico e até ingênuo, mas também a paixão do poeta pela anarquia e o encantamento pela humanidade além da constante busca pelo progresso da sociedade livre e educada.

Para a Anarquia

Para a Anarquia vai a humanidade,
Que da Anarquia a humanidade vem!
Vêde como êsse ideal de acôrdo invade
As classes tôdas pelo mundo além!

Que importa que a facção dos ricos brade,
Vendo que a antiga lei não se mantém?
Hão de ruir as muralhas da cidade,
Que não há fortalezas contra o bem.

Façam da ação dos subversivos crime,
Persigam, matem, zombem... Tudo em vão!
A idéia, perseguida, é mais sublime.

Pois, nos rudes ataques à opressão,
A cada herói que morra ou desanime,
Dezenas de outros bravos surgirão!

Bibliografia:

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco e Poética**. Coleção Os Pensadores. Tradução de Leonel Vallandro, Gerd Bornheim e Eudoro de Souza. 4 ed. vol.II. Ed. Nova Cultural, 1991.

BUENO, Isaac José. **Liberdade e Ética em Jean-Paul Sartre**. 2007. Porto Alegre. Disponível em: < <http://pt.scribd.com/doc/58263609/Liberdade-e-Etica-em-Jean-Paul-Sartre> >. Acesso em 26 mar. 2014.

DIDEROT, Denis. **Textos escolhidos**. Coleção Os Pensadores. Editor Victor Civita. Tradução e notas de Marilena de Souza Chauí, J. Guinsburg. 1979.

FLORENZANO, Modesto. **Thomas Paine revisitado**. Instituto de estudos avançados da Universidade de São Paulo (ieausp). 2012. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/florenzanthomaspaine.pdf/view>>. Acesso em 28 mar. 2014.

GIANASTACIO, Vanderlei. **Os Trovadores e a heresia: Uma análise história [sic] da visão sobre a Heresia da Igreja cristã dos séculos XII e XIII**. Revista Theos. Revista de Reflexão Teológica – Faculdade Teológica Batista de Campinas. v.3 – nº1. jun. 2007. Disponível em: <http://www.revistatheos.com.br/Artigos/Artigo_04_03.pdf> Acesso em: Acesso em 28 mar. 2014.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de Filosofia**. 3 ed. rev. e amp. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2001.212 p.

KANT, Emanuel. **Crítica da razão prática**. Tradução: Afonso Bertagnoli. São Paulo. 2004. Disponível em: <www.ebooksbrasil.org/adobeebook/razaopratica.pdf>. Acesso em: 10 abr.2014.

LA BOETIE, Étienne. **Discurso sobre a servidão voluntária**. 2006. L.C.C. Publicações Eletrônicas. Disponível em: < <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/boetie.html> > Acesso em: Acesso em 28 mar. 2014.

MALATESTA, Errico: **Pensamiento y acción revolucionários**. 1ª ed. Buenos Aires. (Utopía libertaria). Compilação Vernon Richards. Traducido por: Eduardo Prieto. Tupac Ediciones, 2007. 308 p.

MENDES, Samanta Colhado. **As mulheres anarquistas na cidade de São Paulo (1889-1930)**. Franca: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Unesp, 2010. Disponível em: <<http://www.franca.unesp.br/poshistoria/samanta.pdf>>. Acesso em 28 mar. 2014 (Dissertação de Mestrado).

MORA, José Ferrater. **Dicionário de Filosofia**. Trad. Antônio José Massano e Manuel Palmerin. Publicações Dom Quixote, Lisboa: 1978.

MOURA, Drayfine Teixeira. **A Ética dos estoicos antigos e o estereótipo na modernidade**. Cadernos Espinosanos / Estudos sobre o século XVII. São Paulo: Departamento de Filosofia da FFLCH-USP, 1996-2012, jan-jun 2012.

MÜLLER, Luiza de Souza. **John Locke ensaios sobre a lei de natureza - Tradução e comentários**. São Paulo: Universidade São Judas Tadeu. Dissertação apresentada à para obtenção do título de Mestre em Filosofia. 2005. Disponível em: <http://www.usjt.br/biblioteca/mono_disser/mono_diss/038.pdf>. Acesso em 28 mar. 2014.

NETLAU, Max. **História da anarquia: das origens ao anarco-comunismo**. Organizador: Frank Mintz. Tradutor Plíneo Augusto Coêlho. São Paulo. 2008. Editora: Hebra Ltda.

PLATÃO. **A República**. Editora: Difusão europeia do livro. São Paulo. 1965. vol. 1. Tradução J. Guinsburg.

PROUDHON. Pierre-Joseph. **O que é a propriedade?** Tradução de Marília Caeiro. 2 Ed. Stampa. Lisboa. 1975.

RODRIGUES, Edgar. **Pensadores anarquistas e militantes libertários**. 2012. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/pensadoresanarquistas.html>>. Acesso em: 25 mar. 2014.

SARTRE, Jean-Paul. **O ser e o nada: ensaio de ontologia fenomenológica**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

SIQUEIRA-BATISTA, Rodrigo; SIQUEIRA-BATISTA, Romulo; SCHRAMM, Fermin Roland. **A ciência, a verdade e o real: Variações sobre o anarquismo epistemológico de Paul Feyerabend**. Caderno brasileiro de ensino de física. v. 22, n. 2: p. 240-262, ago. 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/fisica/article/view/6387>>. Acesso em 28 mar. 2014.

TEIXEIRA, Diogo. **O imperativo da felicidade na sociedade de controle: reflexões sobre o corpo**. Niterói. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Psicologia, 2013. 123 p.

VIOLA, Eduardo; LEIS, Héctor. **Unipolaridade, governabilidade global e intervenção unilateral anglo-americana no Iraque**. Rev. Bras. Polít. Int. 47 (2): 29-58, 2004. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v47n2/v47n2a02.pdf>> Acesso em: 18 mar. 2014.

WALTER, Nicolas. **Do Anarquismo**. Tradução e edição: Júlio Carrapato. Revisão: Gato Preto. 2006. 66 p.

WOODCOCK, George. **História das idéias [sic] e movimentos anarquistas**. Porto Alegre. v.1. A idéia [sic]. L&PM Editores. 2007. 267p.